

16/05/2025 12:39:20 - AE NEWS

A+ A-

AUSTIN/ALEX AGOSTINI: NÃO VEMOS RAZÃO PARA OTIMISMO DO GOVERNO SOBRE NOTA DE RATING

Por Daniel Tozzi Mendes

São Paulo, 16/5/2025 - Há poucas razões para o governo federal estar otimista com uma possível elevação da nota de rating do País por parte de agências internacionais, na avaliação do economista-chefe da Austin Rating - agência brasileira de classificação de risco -, Alex Agostini. Segundo ele, é difícil acontecer qualquer melhora nesse sentido, enquanto o Brasil não "desatar o nó" da política fiscal.

Conforme mostrou o **Broadcast**, membros do governo federal que estiveram reunidos com agências de classificação de risco nesta semana veem chances de o Brasil melhorar sua nota soberana, sobretudo por conta do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que vem acontecendo de maneira perene.

Agostini destaca que essa expansão da economia de fato vem ocorrendo, e pode surpreender mais uma vez em 2025, mas ao custo de uma inflação alta e descontrole da política fiscal. Isso, segundo ele, acaba se impondo na hora de analisar o risco do País. "O que adianta um PIB na casa de 3% gerando inflação acima de 5% e dívida crescendo? É difícil enxergar algum equilíbrio lá na frente", diz. Atualmente, a Austin Rating tem nota BB+ para o Brasil, um degrau abaixo do chamado "grau de investimento", mas em nível ainda considerado "especulativo".

Para o economista, o atual governo federal até começou o ano de 2023 de forma positiva, anunciando o novo arcabouço fiscal e encaminhando uma reforma tributária, mas houve frustração a partir de 2024. "O governo deixou muito claro que não abriria mão de uma política fiscal expansionista. Ele revisou as metas do arcabouço fiscal e praticamente interrompeu o arcabouço, deixando de fora da conta alguns gastos também", detalha o economista.

Agostini pontua ainda que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) apresentado neste ano também trouxe visões equivocadas por parte do governo, como a de que o pico da dívida pública em relação ao PIB será de cerca de 84%, a ser atingido apenas em 2028. "É difícil que isso ocorra, na verdade é possível bater os 84% já no ano que vem, e daí em 2028 chegar nos 90%", alerta.

O economista atenta ainda que o Brasil, ao pleitear melhora da sua avaliação de crédito, não deve necessariamente levar em consideração o que acontece com outros países emergentes. "A Índia, por exemplo, tem uma relação dívida/PIB mais elevada, mas é um país que cresce sistematicamente o dobro do Brasil há pelo menos 20 anos, com inflação e moeda mais controlados", diz ele, que também cita que o PIB brasileiro é bastante dependente dos setores agropecuário, o que é um ponto que também enfraquece a capacidade do País.

Contato: daniel.mendes@estadao.com